



**ESMESC**

Escola Superior  
da Magistratura  
do Estado de  
Santa Catarina

**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**  
**Edital 016/2020**

**INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA**

1. A Prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
3. A data de realização da prova será 21 de novembro de 2020 (das 08h até as 11h30).
4. O tempo de realização da prova será de 3:30 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
5. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
6. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 23 de novembro, após às 12:00 h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
7. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 13h do dia 21 de novembro de 2020.
8. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 24 de novembro e termina no dia 26 de novembro de 2020, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: [secretaria@esmesc.org.br](mailto:secretaria@esmesc.org.br).
09. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 27 de novembro de 2020.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 03 de dezembro até 05 de dezembro de 2020, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: [secretaria@esmesc.org.br](mailto:secretaria@esmesc.org.br).
11. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

**BOA PROVA!**

Florianópolis, 21 de novembro de 2020.



**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**  
**Edital 016/2020**  
**Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**1. Assinale a opção que preenche CORRETAMENTE a lacuna do período seguinte:**

**Estou mais inclinado \_\_\_\_\_ ouvir do que me manifestar.**

- a) à
- b) a
- c) às
- d) ao

**2. Assinale a opção CORRETA sobre o uso dos porquês:**

a) Em "Não sei o porquê de sua falta de respeito nas reuniões de negócios.", o uso do porquê está correto, pois ele está acompanhado de determinante, sendo assim, é substantivo.

b) Quando pode ser trocado por "por que motivo" no final da frase, sendo advérbio interrogativo de causa, o correto é usar a palavra "por que", separada e sem acento.

c) Sobre o uso dos porquês, está correta a frase: "Sempre tem um por quê de não querer fazer o concurso público."

d) Na frase "O estudante tinha razões para não explicar porquê desistiu de fazer o exercício." o uso do porquê está correto, pois ele pode ser substituído pela expressão "por que motivo" e está no meio da frase.

**3. De acordo com a atual ortografia da língua portuguesa, marque a alternativa INCORRETA:**

a) Com a nova ortografia, emprega-se o hífen nos casos em que as palavras "não" e "quase" funcionam como prefixos: não-agressão, não-fumante, quase-delito, quase-irmão.

b) Nas formações com o prefixo "co", este se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por "o". São exemplos: coobrigação e cooperar.

c) Pelo Acordo Ortográfico, os hiatos "ee" e "oo" não recebem mais acento, como nos exemplos: leem, veem, perdoo, enjoo.

d) Na nova ortografia, foi abolido o acento diferencial em: para (verbo) x para (preposição).

**4. Assinale a alternativa CORRETA em relação aos pronomes relativos:**

I - Abençoada seja a casa cujo teto nos cobre.

II - Vi a igreja cujas colunas a todos empolgam.

III - Trata-se de um homem cujo coração é de ouro.

IV - Prenderam o criminoso em cujas mãos encontraram a arma.

a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.



- c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- d) **Todas as alternativas estão corretas.**

**5. Assinale a opção que preenche CORRETAMENTE a lacuna do período seguinte:**

**Seguiu passo a passo as instruções normativas.**

- a) a - às
- b) à - as
- c) **a - as**
- d) à - às

**6. Sobre os pronomes demonstrativos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) De acordo com as regras do pronome demonstrativo, a frase “Este livro que está em sua mão, eu comprei em uma livraria em São Paulo.” está correta, pois o pronome “este”, pela regra da proximidade, indica o que está na mão da outra pessoa com quem o emissor da mensagem conversa.
- b) Na frase “Minha opinião é essa: não há o que fazer para conseguir mudar a realidade dos fatos.”, o pronome demonstrativo em destaque está correto por se trata de regra do discurso.
- c) Com pronomes demonstrativos (aquele (s), aquela (s), aquilo), não se utiliza crase quando a palavra anterior exigir a preposição “a”. Por exemplo: “Refiro-me aquele brinquedo.”
- d) **Utiliza-se os pronomes demonstrativos “este, estes, esta, estas e isto” para indicar o que está na mão do falante; para indicar o tempo em que se encontra o falante; para indicar algo que ainda vai aparecer no texto; ou para substituir um dos termos citados anteriormente, ou seja, o mais próximo.**

**7. Sobre colocação pronominal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Na frase "Não se pode exagerar nos estudos de processo civil.", a colocação pronominal está adequada, pois tem palavra no sentido negativo, caso de próclise. Sendo assim, o pronome oblíquo átono vem antes do verbo.
- b) A colocação pronominal refere-se à posição dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, se, lhes, os, as) na oração. Assim, a mesóclise é utilizada no caso de o verbo estar no futuro do presente ou no futuro do pretérito.
- c) O pronome está empregado corretamente no seguinte período: “Em instrução processual não se confirmou a qualificadora do motivo torpe descrito na denúncia.”
- d) **Na frase "Nomeado o perito judicial, sobreveio o respectivo laudo (fl. 00), em relação ao qual se manifestaram as partes (fls 00 e 00).”, a colocação pronominal está correta, pois é caso de ênclise, em que o pronome oblíquo átono vem após o verbo.**

**8. Assinale a alternativa INCORRETA no tocante ao uso da vírgula: anulada**

- a) O uso da vírgula está correto na frase: “Na mais perfeita tranquilidade democrática, as eleições político-partidárias aconteceram no Brasil.” Trata-se de separação de orações coordenadas.
- b) O uso da vírgula na frase de Castro Alves está correta: "Por que foges assim, barco



ligeiro

c) A frase está gramaticalmente correta referente à vírgula, pois se trata de separar orações coordenadas: "Dia muito importante para você fazer a prova com dedicação, mas saiba proceder com calma e com foco nos objetivos."

d) De acordo com o correto uso de vírgulas, está gramaticalmente correta a seguinte frase: "A soberania popular será exercida, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, conforme disposto no art. 14, da Constituição Federal."

**9. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a atual ortografia da língua portuguesa:**

a) Na frase, "[...] interrelações entre o processo administrativo e o judicial (em matéria fiscal) a partir da identificação de contenciosos cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa", a palavra em destaque está escrita corretamente pela nova ortografia da língua portuguesa

b) Considerando a escrita atual no tocante ao acento diferencial, a seguinte frase está gramaticalmente correta: "Veja-se decisão proferida em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal que deferiu o pedido de migração da União e do Estado do Paraná para o pólo ativo da ação."

c) A forma verbal destacada perdeu o acento de acordo com a escrita atual: "Infelizmente, há muitos operadores do Direito que ainda descreem da Conciliação, por variados motivos." Sendo assim, o correto é descreem.

d) No texto "Não obstante já estar bem sedimentada a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que, em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, ou seja, a hipervulnerabilidade; impõe, em relação a esses, o recrudescimento da rede de proteção consumerista, ante a posição contratual debilitada que via de regra ostentam na vida negocial.", a palavra com grafia "hipervulnerabilidade" tem que ser separada por hífen: hiper-vulnerabilidade.

**10. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas CORRETAMENTE de acordo com as regras de hifenização:**

a) infraestrutura – micro-região – hiper-mercado

b) infra-estrutura – microrregião - hipermercado

c) infraestrutura – microrregião - hipermercado

d) infra-estrutura – micro-região – hiper-mercado

**DIREITO CIVIL**

**11. Em caso de não existirem herdeiros conhecidos ou se todos renunciarem, o Estado – como sucessor irregular, uma vez que não é herdeiro – pode receber os bens do falecido. Sobre o tema é INCORRETO afirmar:**

a) Praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorridos dois anos de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada vacante.



- b) É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança.
- c) Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- d) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.

**12. Existem situações consideradas graves pelo legislador - socialmente reprováveis, contra a integridade física, psicológica ou moral - que dão ensejo à possibilidade de se afastar herdeiros da sucessão. Sobre o tema da indignidade no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.
- b) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.
- c) O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão.
- d) Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária.

**13. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicial, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- b) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixar representante ou procurador, em se passando quatro anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- c) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o Ministério Público, para lhes evitar a ruína.
- d) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

**14. Sobre o regime jurídico das fundações, é CORRETO afirmar:**

- a) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio obrigatoriamente em outra fundação designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.
- b) Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- c) Velará pelas fundações o Ministério Público Federal do Estado onde situadas.



d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão obrigatoriamente incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

**15. Sobre o regime jurídico da representação no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, não produz efeitos em relação ao representado.
- b) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.
- d) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

**16. Sobre o regime jurídico da prova no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A confissão é revogável, e pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- b) A anuência ou a autorização de outrem, necessária à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento.
- c) Não podem ser admitidos como testemunhas os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o segundo grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
- d) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

**17. Diz-se alternativa a obrigação quando comportar duas prestações, distintas e independentes. Considerando essa afirmativa, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.
- b) Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.
- c) O devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- d) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.

**18. Sobre o regime jurídico da curatela, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.
- b) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- c) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de separação de



**bens, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.**

d) A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.

**19. Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito suscetível de cessão.

b) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.

c) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

**d) De acordo com o STF, a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.**

**20. Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.**

b) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

c) Ao legislador, quando ab-roga lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

d) Para que uma lei posterior possa revogar a lei anterior que trate da mesma matéria, é necessária disposição expressa neste sentido.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**21. Sobre os princípios que regem o processo civil, assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Os princípios constitucionais replicados no Código de Processo Civil fazem com que, uma vez violados, a violação à norma constitucional seja considerada reflexa.**

b) O princípio da razoabilidade e o princípio da proporcionalidade são princípios de efeitos idênticos, mas de eficácia diferida.

c) O bem comum constitui um princípio processual implícito no ordenamento jurídico brasileiro.

d) O princípio da razoável duração do processo não está relacionado com o processo em si, mas com a tutela, o que significa dizer que, ao conceder a tutela antecipada, o magistrado garante a aplicação do princípio, independentemente do tempo que o processo demorar.

**22. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa CORRETA:**

a) Na assistência litisconsorcial, se o assistido for revel ou, de qualquer outro modo, omissivo, o assistente será considerado o seu substituto processual.

b) A desconsideração da personalidade jurídica tem natureza jurídica de ação.

c) O amicus curiae constitui modalidade litisconsorcial de intervenção de terceiro.

**d) A denunciação da lide tem natureza jurídica de ação.**



**23. Em uma ação de resolução por inadimplemento de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, uma vez julgado procedente o pedido do autor, o magistrado deverá imití-lo na posse do imóvel. Sobre essa modalidade de cumprimento da sentença, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A existência de benfeitorias pode ser alegada em impugnação ao cumprimento da sentença, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível, do respectivo valor.
- b) Não há direito de retenção por benfeitorias em cumprimento da sentença, exceto se o autor não depositar os respectivos valores antes de requerer a expedição do mandado de imissão na posse.
- c) A existência de benfeitorias deve ser alegada na fase de conhecimento, em contestação, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível, do respectivo valor.
- d) Se a sentença for acatada por recurso desprovido de efeito suspensivo, o réu ficará dispensado de depositar o imóvel em juízo, mesmo se for instaurada a execução provisória da sentença.

**24. Fulano executa Tício. O título executivo é um contrato assinado pelos contratantes e por duas testemunhas que prevê a obrigação de Tício entregar cinco vacas, sem especificar a quem cabe a escolha desses animais. Tício é criador certificado de apenas uma raça de bovinos. Considerando essa situação, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Esse contrato não poderá ser executado por ausência de liquidez.
- b) Se, citado, Tício escolher e entregar cinco vacas, Fulano somente poderá impugnar a escolha se o fizer por petição, nos próprios autos, dentro do prazo de 15 dias.
- c) No caso descrito no enunciado, Fulano deverá escolher e individualizar as vacas na sua petição inicial, sob pena de inépcia.
- d) Tício será citado para escolher e entregar as cinco vacas dentro do prazo de 15 dias, sob pena de busca e apreensão.

**25. Fulano é produtor rural pessoa física, e possui um trator e uma semeadeira. Está sendo executado por dívida de natureza alimentar. Na execução, o exequente indicou à penhora o trator. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Uma vez penhorado, para que Fulano seja nomeado depositário do trator, deverá prestar caução idônea.
- b) Mesmo em se tratando de execução de alimentos, o trator será impenhorável, já que constitui instrumento necessário ao exercício da profissão do executado.
- c) O trator somente poderia ser considerado impenhorável se o executado não fosse pessoa física, mas jurídica.
- d) Nas execuções de alimentos, todos os bens considerados impenhoráveis por força de lei passam a ser penhoráveis.

**26. Fulano tem 17 anos, e emitiu um cheque no valor de R\$5.000,00 (cinco mil**



reais) nominal a Tício. Fulano possui conta conjunta com a sua mãe, Hélvia. O cheque foi emitido em fevereiro de 2020, e apresentado ao banco por Tício ainda em fevereiro. O cheque foi devolvido pela compensação por falta de fundos. Considerando que estamos em novembro de 2020, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tício não poderá propor ação monitória contra Hélvia.
- b) Tício não poderá propor ação monitória contra Fulano.
- c) Tício poderá executar esse cheque contra Fulano, somente.
- d) Tício poderá executar esse cheque contra Hélvia, somente.

**27. Sobre os procedimentos especiais de jurisdição voluntária previstos no CPC, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente e oportuna.
- b) Inclui-se, nesta modalidade, o procedimento de restauração de autos.
- c) O inventário judicial não poderá ser de jurisdição voluntária, já que, nesta modalidade, somente poderá ser contencioso.
- d) Não se aplica, nesta modalidade, a homologação de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.

**28. Sobre a incumbência do relator, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Deverá remeter os autos ao primeiro grau sempre que verificar a necessidade de produção de provas.
- b) Poderá propor, sempre a requerimento, a instauração de incidente de assunção de competência.
- c) Compete-lhe julgar o mérito recursal, monocraticamente, quando houver súmula ou precedente qualificado sobre a matéria.
- d) Encaminhar para a turma qualquer decisão acerca de incidente de desconsideração da personalidade jurídica instaurado no tribunal.

**29. Sobre o recurso extraordinário, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula vinculante, súmula ou precedente qualificado, mas não jurisprudência dominante do STF.
- b) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, mas apenas se estiverem em grau de recurso especial ou extraordinário.
- c) Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.
- d) Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica.

**30. Sobre o recurso especial, assinale a alternativa CORRETA:**



- a) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, mesmo que inalterado o resultado anterior.
- b) Cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais.
- c) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido em recurso de agravo de instrumento.
- d) O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

<b>DIREITO PENAL</b>
----------------------

**31. Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria:**

- a) Da ubiquidade
- b) Da atividade.
- c) Do resultado.
- d) Da consunção.

**32. Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age acobertado pela excludente da ilicitude chamada:**

- a) Legítima defesa.
- b) Exercício regular de um direito.
- c) Estado de necessidade.
- d) Estrito cumprimento do dever legal;

**33. Segundo o STJ, “ao individualizar a pena, o juiz sentenciante deverá obedecer e sopesar os critérios do art. 59, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena, para ao final impor ao condenado, de forma justa e fundamentada, a quantidade de pena que o fato está a merecer”. Esse ensinamento se refere ao princípio:**

- a) Da individualização da pena.
- b) Da legalidade.
- c) Da alteridade
- d) Da intervenção mínima

**34. Aquele que subtrai para si coisa alheia móvel, com o emprego de chave falsa, pratica o crime de:**

- a) Furto simples.
- b) Furto circunstanciado.
- c) Roubo.
- d) Furto qualificado.

**35. “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de**



**satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” é a definição do crime de:**

- a) Estupro.
- b) Importunação sexual.**
- c) Violação sexual mediante fraude.
- d) Assédio sexual.

**36. Assinale a assertiva que apresenta apenas crimes classificados como hediondos ou equiparados (a hediondos):**

- a) Roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e latrocínio.
- b) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso permitido e roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.
- c) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e latrocínio.**
- d) Roubo simples e roubo qualificado pela morte da vítima.

**37. Os crimes hediondos são insuscetíveis de:**

- a) Anistia, graça e indulto.**
- b) Fiança e liberdade provisória.
- c) Progressão de regime.
- d) É processado por ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

**38. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, ocorre aquilo que se chama:**

- a) Concurso material.
- b) Crime continuado.
- c) Concurso formal.**
- d) Crime único.

**39. No Brasil, o limite de tempo de cumprimento de pena privativa de liberdade não pode ser superior a:**

- a) 30 (trinta) anos.
- b) 20 (vinte) anos.
- c) 50 (cinquenta) anos.
- d) 40 (quarenta) anos.**

**40. Assinale a assertiva INCORRETA:**

- a) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
- b) A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva, que deve ser acrescido em um terço.**
- c) A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.
- d) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.



## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**41. A produção das provas no processo penal segue regras específicas e que devem ser observadas com cautela pelo julgador e partes. No tocante ao tema, aponte a alternativa que NÃO apresenta erro sobre o tema:**

- a) O Código de Processo Penal autoriza que o juiz, excepcionalmente, determine de ofício a produção de prova para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- b) Toda perícia deve ser confeccionada por dois peritos, sob pena de nulidade absoluta.
- c) A autoridade policial somente pode determinar a realização de perícias após prévia autorização judicial.
- d) É autorizada a prova testemunhal em substituição ao exame de corpo de delito, mesmo no caso de haver vestígios da infração penal.

**42. No que tange à citação no Processo Penal, é INCORRETO afirmar:**

- a) Circundução é a denominação que se dá ao ato pelo qual se julga nula ou sem eficácia a citação.
- b) Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer ou nomear advogado, ser-lhe-á nomeado defensor público ou dativo e o processo seguirá seu curso.
- c) O denunciado que, citado por edital, não comparece em Juízo e tampouco constitui defensor, será julgado revel, seguindo o processo seu curso normal com a nomeação de defensor público ou dativo para sua defesa.
- d) Mesmo estando preso, o réu deverá ser citado pessoalmente.

**43. Considerando a atuação do assistente da acusação no processo penal, é ACERTADO afirmar:**

- a) Possui legitimidade para requerer a decretação da prisão preventiva do acusado.
- b) Contra a decisão que não admitir a habilitação do assistente da acusação no feito é previsto o recurso em sentido estrito.
- c) É admitida sua intervenção, nesta condição, desde a instauração do inquérito até o trânsito em julgado.
- d) Pode recorrer de qualquer decisão prolatada no feito caso haja inércia do Ministério Público.

**44. Sobre as prisões cautelares no processo penal é ACERTADO afirmar:**

- a) A prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/89 somente pode ser decretada de ofício pelo magistrado na fase do inquérito policial.
- b) Uma vez revogada a prisão preventiva, não poderá o juiz novamente decretá-la.
- c) É causa obrigatória de decretação da prisão preventiva o descumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão anteriormente estabelecidas.
- d) A decisão que indefere pedido de prisão preventiva no curso da ação penal é atacável através de recurso em sentido estrito.

**45. Considerando o interrogatório e suas peculiaridades, assinale a assertiva que NÃO pode ser considerada verdadeira:**

- a) A confissão é passível de retratação.



- b) O interrogatório é ato personalíssimo e, em tese, não sujeito à preclusão.
- c) **A revelia importa na confissão ficta do acusado, apesar desta possuir valor relativo.**
- d) A confissão judicial possui como característica a divisibilidade ou cindibilidade, ou seja, pode ser considerada apenas em parte.

**46. Apesar de estar com eficácia parcialmente suspensa, o “Pacote Anticrime” (Lei n. 13.964/19), trouxe significativas alterações à legislação penal e processual penal. Aponte dentre as alternativas abaixo a que APRESENTA erro na matéria:**

- a) Deixou claro que a estrutura do processo penal deverá ser a acusatória, vedando a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) A competência do juiz das garantias abrangerá todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessará com o recebimento da denúncia ou queixa.
- c) **O juiz não poderá recusar a homologação do acordo de não persecução penal entabulado entre as partes.**
- d) Foi criada a cadeia de custódia, entendida como o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

**47. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a cautelar de busca e apreensão no processo penal:**

- a) É permitida e considerada busca pessoal aquela realizada nas vestes e também em mochila ou pasta de indivíduo regularmente abordado por haver fundada suspeita de trazer consigo armas, objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- b) **Para a realização de busca domiciliar (real) é sempre indispensável a presença de mandado, conforme dispõe o Código de Processo Penal.**
- c) A busca e apreensão é meio de obtenção de prova, acautelatória e coercitiva.
- d) A busca domiciliar será executada de dia, salvo se o morador consentir que se realize à noite, conforme dispõe a lei processual penal.

**48. Sobre o sistema das nulidades processuais penais, indique a alternativa INCORRETA dentre as abaixo apontadas:**

- a) As nulidades consideradas relativas estão sujeitas à preclusão temporal e lógica, podendo os atos respectivos serem convalidados.
- b) No processo penal, a ausência de defensor constitui nulidade absoluta, mas a eventual deficiência da defesa apenas importará em nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.
- c) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não há nulidade se o ato, mesmo que praticado de forma diversa da prevista em lei, atingir sua finalidade.
- d) **Decretada a nulidade de um ato, todos os demais atos posteriormente praticados serão obrigatoriamente considerados nulos.**

**49. Considerando os recursos em matéria criminal, aponte a assertiva FALSA:**



- a) O princípio da unirrecorribilidade prevê que haja apenas um recurso para cada situação processual recorrível, embora exista exceção.
- b) Juízo de admissibilidade ou de prelibação ocorre quando se verifica se estão presentes os pressupostos para conhecimento de recurso.
- c) O Ministério Público não pode desistir de recurso interposto.
- d) O princípio da fungibilidade autoriza o conhecimento e processamento de recurso sempre que se verificar que foi interposto equivocadamente pela parte.

**50. Ainda considerando tanto a fase recursal como as nulidades processuais, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Havendo recurso de apelação apenas por parte da acusação, o tribunal pode proferir decisão mais benéfica ao acusado em relação àquela constante da sentença.
- b) Anulada a sentença por recurso exclusivo da defesa, não pode o juízo proferir nova decisão mais gravosa ao Acusado.
- c) O tribunal pode reconhecer nulidade absoluta em favor da acusação mesmo inexistindo alegação no reclamo.
- d) Havendo recurso exclusivo da defesa, o tribunal não pode proferir decisão que torne mais gravosa sua situação.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**51. Em relação ao poder constituinte é CORRETO afirmar:**

- a. O poder constituinte originário surge em momentos de ruptura, expressamente previstos na Constituição, visando permitir a elaboração de um novo documento constitucional.
- b. Em relação a iniciativa da proposta de emenda constitucional o STF vem entendendo que os temas relativos as forças armadas e a Administração Pública são de iniciativa privativa do Presidente da República.
- c. As limitações circunstanciais impedem a ocorrência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, sendo que na ocorrência de intervenção federal quando da edição do decreto interventivo deverá ocorrer a suspensão da tramitação das propostas de emendas constitucionais.
- d. O poder constituinte derivado é considerado como sendo um poder político, estando vinculando aos limites jurídicos e as limitações sociais.

**52. Em relação as medidas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a. As medidas provisórias devem ser votadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e após encaminhadas ao Presidente da República para sanção ou veto.
- b. O STF firmou entendimento no sentido de não aceitar, no processo de conversão da medida provisória, a inclusão de temas estranhos ao abordado pela medida provisória (os chamados "jabutis").
- c. O prazo de 120 dias em que vigoram as medidas provisórias não é computado durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.



d. Os requisitos de relevância e urgência para edição de Medidas Provisórias devem ser analisados primeiro pelo Chefe do Poder Executivo, posteriormente pelo Poder Legislativo e, excepcionalmente, pelo Poder Judiciário.

**53. Em relação aos direitos de liberdade, assinale a alternativa CORRETA:**

a. No direito brasileiro a liberdade de expressão assume um papel de direito absoluto, inclusive com posicionamento do STF no sentido que as restrições a liberdade de expressão não encontram amparo no texto constitucional.

**b. A liberdade de reunião é um direito individual de caráter coletivo, devendo ser exercido por um conjunto de pessoas que tenham um objetivo em comum, tendo duração de tempo limitada para o exercício desse direito fundamental.**

c. A liberdade profissional permite que sejam impostas restrições a escolha e ao exercício profissional, sendo que todas profissões existentes no direito brasileiro são passíveis de restrições por meio de lei.

d. A liberdade religiosa está relacionada a escolha, pelo indivíduo, de qual crença religiosa deseja seguir, sendo que é vedado ao Estado intervir no conteúdo das religiões e a prática de sacrifício de animais em cultos religiosos.

**54. Em relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa CORRETA:**

a. Conforme o texto da Constituição Federal não existe a possibilidade do Presidente da República editar Decretos Autônomos.

b. O STF fixou entendimento que o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República é competência do Senado Federal, cabendo intervenção judicial quando houver excesso na aplicação da pena ou incerteza sobre a existência ou não do crime.

c. Conforme o disposto no texto constitucional cabe ao Presidente da República sancionar os projetos de lei, de emenda constitucional e de decretos legislativos.

**d. A eleição para o cargo de Presidente da República se dá pelo sistema majoritário, sendo que a regra é a eleição em um turno(só havendo segundo turno se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos válidos).**

**55. Em relação as imunidades parlamentares, assinale a alternativa CORRETA:**

a. As imunidades dos Deputados e Senadores não podem ser suspensas, nem durante o Estado de Sítio, mas podem ser objeto de renúncia em casos concretos.

b. Todas as palavras e opiniões proferidas pelos parlamentares federais, durante o período de exercício do mandato, são protegidas pela imunidade material.

**c. Conforme decisão do STF a prerrogativa de foro para processar parlamentares só se aplica aos crimes relacionados ao exercício do mandato, excluindo aqueles que não tenham relação com o mandato, mesmo que cometidos após a diplomação.**

d. A renúncia de parlamentar extingue a prerrogativa de foro aos parlamentares, independente da fase processual em que ocorrer a renúncia.

**56. Sobre o tema dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:**

**a. As restrições diretas aos direitos fundamentais são aquelas previstas no próprio texto constitucional.**



- b. A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais não abarca os direitos sociais e econômicos.
- c. As restrições indiretas aos direitos fundamentais são aquelas decorrentes das colisões de direitos fundamentais nos casos concretos.
- d. Conforme entendimento pacificado na doutrina e na jurisprudência, os direitos fundamentais são destinados aos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

**57. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa CORRETA:**

- a. O cargo de ministro do STF é privativo de brasileiros maiores de 35 anos, sendo a indicação atribuída ao Presidente da República e, posterior, aprovação pelo Congresso Nacional.
- b. O STJ não é competente para julgar a Reclamação que trate sobre a autoridade das decisões proferidas por aquele Tribunal, sendo que somente o STF pode julgar essa Reclamação.
- c. Aos juízes é vedado ter filiação político- partidária e exercer outra atividade, que não a magistratura.
- d. Os juízes gozam vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

**58. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:**

- a. As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que após receber a delegação do Congresso Nacional deverá elaborar e sancionar o projeto de lei delegada.
- b. A iniciativa privativa dá ao Presidente da República a exclusividade para propositura de projetos de lei sobre determinadas matérias, sendo que quando projeto sobre essas matérias for apresentando por deputado e sancionado pelo Presidente da República não ocorre a convalidação do vício de iniciativa.
- c. As medidas provisórias devem ter quórum de maioria absoluta para sua aprovação.
- d. O projeto de lei aprovado por uma casa legislativa será revisto pela outra casa legislativa, sendo que a casa revisora não pode apresentar emendas ao projeto de lei.

**59. Em relação a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa CORRETA:**

- a. Não cabe intervenção de terceiros e Amicus Curiae no processo de julgamento da Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b. Não será cabível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando houver qualquer outra ação capaz de defender direito individual ou coletivo.
- c. A medida cautelar em Arguição de Descumprimento de preceito fundamental pode ter objetivo a suspensão de processos ou efeitos de decisões judiciais, cabendo, em caso de desrespeito, Reclamação ao STF.
- d. Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, na modalidade incidental, não é necessário indicar o preceito fundamental violado.



**60. Em relação a ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:**

- a. Somente poderá ser proposta Ação Direta de inconstitucionalidade quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesão ao texto constitucional.
- b. No processo de ADI o Tribunal deve julgar o pedido do autor nos estritos limites do que for formulado, não se aplicando, nesse caso, o princípio da causa de pedir aberta.
- c. A liminar em ADI tem eficácia, em regra, ex tunc.
- d. O Presidente da República é considerado legitimado universal para propositura de ADI, não necessitando ser representado por advogado em razão de possuir capacidade postulatória.



**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**  
**Editais 016/2020**  
**Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**1. É imprescindível utilizar corretamente a colocação pronominal. Sendo assim, faça a correção dos pronomes em destaques. Corrija-os, se não adequados nas frases abaixo. As frases devem ser reescritas de acordo as regras gramaticais da língua portuguesa.**

a) Repito o que tem-se dito.

b) Assim que calares-te eu falarei.

c) Nada lhe acontecerá.

d) Jamais cumpriu-se.

e) Disse que estima-o.

f) A glória nunca o seduziu.

**GABARITO PARA A CORREÇÃO DO PROFESSOR:**

- a) Repito o que se tem dito.  
b) Assim que te calares eu falarei.  
c) Nada lhe acontecerá.  
d) Jamais se cumpriu.  
e) Disse que o estima.  
f) A glória nunca o seduziu.

**DIREITO**

**2. No Direito Civil há um princípio chamado “Princípio da conservação dos atos e negócios jurídicos”. No que consiste e de que forma o Código Civil o contempla? Explique.**

**CAMINHO DA RESPOSTA:**

A questão pode ser amplamente respondida à luz do entendimento segundo o qual '... tanto o legislador quanto o intérprete, o primeiro, na criação das normas jurídicas sobre os diversos negócios, e o segundo, na aplicação dessas normas, devem procurar conservar, em qualquer um dos três planos - existência, validade e eficácia -, o máximo possível do negócio realizado pelo



agente'. AZEVEDO, Antonio Junqueira de *apud* STJ. REsp n. 1.046.418-RJ, rel. Min. Raul Araújo, j. 25.6.2013.

O aluno pode dissertar sobre vários artigos do CC, dentre eles:

Art. 144: o erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

Tratando-se de dolo, esse quando acidental, somente obriga à satisfação de perdas e danos (art. 146). Em caso de dolo de terceiro, o negócio será inválido apenas se parte que dele se aproveite tivesse, ou devesse ter, conhecimento do defeito. Do contrário, não haverá que se cogitar de invalidação apenas pelas as perdas e danos devido à parte ludibriada (art. 148).

Prevê o Código Civil que caso a coação (art. 155) advenha de terceiro, sem que a parte beneficiária tenha conhecimento, subsistirá o negócio jurídico, limitando-se a responsabilidade do autor às eventuais perdas e danos suportadas.

Tratando-se de lesão (art. 157, §2º CC) preserva-se o ajuste, prevendo a lei que não será decretada a anulação caso seja oferecido suplemento suficiente, ou se o favorecido concordar com a redução do proveito. Idêntico entendimento estende-se ao estado de perigo, a despeito da omissão do art. 156 do Código Civil.

A invalidade do instrumento por meio do qual se praticou o ato não implica a sua invalidade, se for possível prová-lo por outro meio (CC, art. 183).

A invalidade parcial não prejudica a parte válida, se for possível verificar que a supressão da cláusula não compromete a estrutura do negócio (CC, art. 184).

### DIREITO

**3. Tício e Caio são antigos desafetos. Certo dia, sem nenhum motivo conhecido exceto a antiga inimizade entre ambos, Tício, com o uso de uma faca, passa a agredir Caio, desferindo-lhe inúmeras facadas, com o propósito de matar o inimigo. Contudo, ao ver o sangue jorrar do corpo de Caio, Tício para com as facadas, chama uma ambulância e encaminha Caio ao hospital do município. Graças a esta pronta intervenção, Caio consegue se salvar. Analise a situação descrita e responda as questões abaixo:**

- a) Tício deverá ser processado por tentativa de homicídio ou lesão corporal? Justifique sua resposta.
- b) E se Caio, mesmo com o socorro, não tivesse se salvado? Por qual crime Tício deveria responder? Justifique sua resposta.

**Responda de forma objetiva, sucinta e fundamentada, em não mais de 12 (doze) linhas.**

#### **CAMINHO DA RESPOSTA:**

- a) Lesão corporal. Ao socorrer com êxito o desafeto, Tício é beneficiado pelo instituto do arrependimento eficaz (art. 15 do CP), o que afasta o reconhecimento da tentativa. Assim, responderá apenas pelos atos praticados (no caso, lesão corporal).
- b) Caso Caio não tivesse se salvado, Tício não seria beneficiado pelo arrependimento eficaz e responderia pelo crime de homicídio consumado (art. 121 do CP).